

Resenhas de livros

O Brasil frente a um Mundo Dividido em Blocos

Vera Thorstensen, Yoshiaki Nakano, Camila de Faria Lima & Claudio Seiji Sato
São Paulo, Nobel, 1994.

O livro "*O Brasil frente a um Mundo Dividido em Blocos*" apresenta uma análise competente e abrangente dos aspectos relevantes da evolução da economia mundial dos últimos cinquenta anos. Trata-se de um acontecimento muito bem vindo para os estudiosos da área de economia internacional, já que existem poucos textos de qualidade em português que possam ser adotados nos cursos de graduação e pós-graduação de economia ou de disciplinas que abordem relações econômicas internacionais.

São destacadas as principais alterações do cenário econômico internacional, enfatizando-se a redução da importância de arranjos multilaterais de comércio (no âmbito do GATT e mais recentemente na OMC) a partir dos anos 70 e a rápida expansão dos blocos regionais de comércio, que caracterizam a atual tendência minilateralista da economia mundial. A convivência de blocos regionais de comércio, o aumento da competitividade internacional e a tendência de globalização comandada pelas empresas multinacionais e pelo capital financeiro internacional são apontados como fatores adicionais relevantes na tomada de decisões estratégicas das nações.

É dentro desse contexto que são discutidos os principais efeitos decorrentes da formação dos três grandes blocos na economia mundial: (o europeu, o americano do Norte e o asiático) e as opções abertas para o Mercosul. O texto ressalta, adequadamente, que cada um desses experimentos de integração regional apresenta elementos importantes de desvio de comércio e de crescimento de renda e comércio preferencial, e isso tem importantes conseqüências sobre política comercial estratégica para um país como o Brasil. A conclusão dos autores é a de que a opção correta para o País seria a de caminhar preferencialmente em direção a um arranjo de livre comércio em nível hemisférico, sem se descuidar de uma postura de *global trader* com relação às demais regiões do mundo.

Simão Davi Silber

Faculdade de Economia e Administração e
Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas —
FIPE da Universidade de São Paulo.

Institutions, Inflation and Unemployment

Edward J. Amadeo
Londres, Edward Elgar, 1995.

O trabalho de E. Amadeo é uma importante contribuição ao estudo da macroeconomia dos países que passaram recentemente por períodos de inflação crônica e em constante aceleração. O objetivo princi-

pal do livro é analisar o papel que o arcabouço institucional das relações entre o Estado, capital e trabalho desempenhou no processo de formação de preços e salários ao longo dos últimos anos na econo-

mia brasileira, o qual, por seu turno, foi um dos principais determinantes do cenário econômico vivenciado ao longo da década de 80.

A relevância atribuída ao conflito distributivo nessa abordagem é inevitável; porém, há um importante avanço em relação à teoria estruturalista convencional, pois a análise imputa um destaque maior ao comportamento da demanda agregada, assim como à influência de um ambiente de crescente incerteza afetando as expectativas e o comportamento dos agentes econômicos.

Inicialmente, para situar a discussão, é introduzida a idéia já bastante difundida da função que a inflação desempenha como mecanismo distribuidor de renda, e o papel dos preços e salários relativos nesse processo. São apontados alguns fatores estruturais que podem influir no conflito distributivo - mais especificamente, as restrições de mercado, o grau de competitividade externa e de centralização das instituições e a justaposição dos contratos.

O Capítulo 2 analisa a relação entre inflação e salário real. O valor médio deste último dependeria do seu valor de pico, da taxa de inflação posterior à negociação e da frequência dos reajustes (entre negociações). Seguindo a tradição keynesiana, o autor defende que os trabalhadores conseguem negociar, na verdade, apenas os seus salários relativos. Quando os reajustes não são sincronizados, a incerteza em relação ao comportamento dos demais grupos nos seus respectivos processos de negociação e, conseqüentemente, em relação à própria inflação futura, é considerável, e há uma tendência à busca de proteção dos salários relativos através da sobreindexação dos seus reajustes nominais. Os desequilíbrios nos preços relativos, resultantes da seqüência de congelamentos, também contribuem para elevar o grau de incerteza envolvido nesse processo.

Por outro lado, a sobreindexação só é possível numa situação em que a empresa não enfrenta restrições de mercado, o que possibilita o repasse de aumentos de salários para os preços (e uma mudança na estrutura de preços relativos da economia), e o sindicato possui um poder de barganha razoável, que pode ser estimulado por uma militância mais ativa quando o grau de insatisfação dos trabalhadores (a diferença entre o salário real efetivo e o desejado) se eleva. A conseqüência dessa dinâmica é o estabelecimento de uma correlação positiva entre os salários e os preços relativos. Conseqüentemente, torna-se possível uma elevação do salário real juntamente com a inflação (para os segmentos mais organizados dos trabalhadores), o que se contrapõe à teoria tradicional.

O resultado da sobreindexação é a aceleração da inflação, que será diretamente proporcional ao tamanho relativo da indústria que negociou tal aumento em face da estrutura do produto interno bruto do país, ou ao número de trabalhadores afetados pela negociação, que, se ocorrer de forma bastante centralizada, exercerá um impacto maior sobre a inflação e outras variáveis macroeconômicas, o que induz a um comportamento cooperativo por parte dos negociadores. Portanto, o grau de centralização dos sindicatos (que é uma característica do arranjo institucional das entidades que representam os trabalhadores) é um componente fundamental da dinâmica inflacionária.

Em seguida, é apresentado um modelo macroeconômico que estabelece um equilíbrio entre nível de utilização da capacidade, inflação e distribuição da renda. Dito de outra forma, existiriam níveis de demanda agregada que estariam associados a perfis de distribuição da renda nos quais o conflito distributivo existiria, mas não resultaria em aceleração inflacionária. Entretanto, mudanças no nível de utilização da capacidade provocariam um distanciamento de tais pontos (desequilíbrios) e a elevação da taxa de inflação, pois o *mark-up* não seria estabelecido de forma exógena, como mostram os modelos kaleckianos e estruturalistas tradicionais, mas pelas variações da demanda de bens e serviços. Se esta última oscila positivamente, e o mesmo ocorre com o *mark-up*, a resistência das empresas em conceder aumentos salariais torna-se bastante reduzida, de modo a reforçar a correlação direta entre preços e salários relativos.

Posteriormente, o autor detalha a discussão em torno do papel das instituições sindicais, apresentando uma comparação entre suas formas de organização e a relação entre elas e a eficácia de distintas estratégias de estabilização. Nas instituições corporativistas, as decisões têm, como já vimos, um efeito significativo sobre o comportamento das variáveis agregadas, e aumentam as restrições para a negociação de aumentos salariais; a participação na sociedade é maior, assim como o poder de barganha política. No sistema pluralista, a restrição aos reajustes é gerada pela competição, e os salários são fixados pelas leis de mercado. Existem também os sistemas híbridos, cuja classificação depende do grau de centralização das barganhas coletivas e da sincronização entre os reajustes de salários.

Segundo Amadeo, políticas de rendas levam, em geral, a um crescimento da demanda que provoca alterações na estrutura de preços e salários relativos da economia (se a política não for negociada, o desequilíbrio é maior). Caso a negociação ocorra de forma centralizada, ou haja um elevado grau de sin-

cronização entre os reajustes, o risco de aceleração da inflação é menor; do contrário, é fundamental definir políticas eficazes de controle do nível de atividade, principalmente em economias fechadas.

A análise do caso brasileiro mostra que o movimento sindical no País é marcado por duas fases distintas: pelo corporativismo de Estado, que perdurou da década de 40 até o golpe de 64 e, a partir da década de 80, por uma reorientação do movimento, que buscou estruturar-se de forma mais centralizada e independente do Estado. Ainda que os objetivos venham sendo alcançados, a centralização não teria gerado uma atitude mais cooperativa, visto que muitas vezes os interesses setoriais se sobrepõem aos globais.

Ao mesmo tempo que os sindicatos são fortalecidos por entidades centrais, as negociações permanecem dessincronizadas. Conseqüentemente, essas instituições possuem razoável poder para fixar reajustes, mas pouca influência sobre o comportamento de variáveis macroeconômicas; a incerteza acerca do nível do salário relativo é considerável, assim como em relação à inflação futura, dada a instabilidade resultante da sucessão de choques nos últimos anos. Some-se a isso a precariedade da relação entre governo e sindicatos e o reduzido grau de abertura da economia, que só começou a ser alterado recentemente. Esse arcabouço institucional e estrutural e as relações decorrentes estariam desestimulando qualquer restrição a aumentos de preços e salários rela-

tivos e se encontrariam dentre as raízes da crise da estabilização do processo inflacionário brasileiro dos últimos anos.

Finalizando, o autor busca demonstrar, através de levantamentos empíricos, que os salários e preços relativos tendem a caminhar juntos na economia brasileira, e evoluem positivamente em setores e sindicatos com maior poder de mercado. Conclui também que a evolução das instituições e da conjuntura econômica tornou os instrumentos de coordenação para a formação de preços e salários pouco efetivos ao longo dos anos 80.

Ao ressaltar o papel das instituições (com destaque para aquelas ligadas ao movimento sindical) no processo de estabilização da inflação, o autor desenvolve uma análise coerente e original do comportamento recente da economia brasileira, e contribui positivamente para o debate em torno do cenário atual e de alguns pressupostos importantes para a continuidade da atual estratégia de estabilização.

Nesse sentido, a leitura desse trabalho se faz fundamental para os estudiosos da teoria macroeconômica aplicada à economia brasileira.

Nelson Marconi

Departamento de Economia da Pontifícia
Universidade Católica, São Paulo.
Doutorando em Economia pela Fundação
Getúlio Vargas, São Paulo.

Economia Brasileira de 1984 a 1994 — A Transição Inacabada

Carlos Alberto Longo
São Paulo, Atlas, 1994.

O livro de Carlos Alberto Longo analisa o desenvolvimento da economia brasileira desde o início de 1985, começo do governo Sarney, até meados de 1994, último ano da administração Itamar Franco.

Longe de ser um livro-texto convencional, a obra, constituída por artigos escritos pelo autor para jornais, tem uma abordagem única. Nesse sentido, o livro deve ser utilizado como leitura complementar, pois, embora permita que o leitor capte de forma precisa o que ocorreu ao longo da última década, a obra não é um livro-texto básico. Para que se tenha o máximo aproveitamento, é necessário algum conhecimento prévio do que se passou, em termos de economia brasileira, no período analisado. Caso contrário, o leitor terá dificuldades em acompanhar o desenrolar

dos acontecimentos, bem como das principais idéias e críticas contidas no livro.

A obra divide os dez anos analisados em diversos subperíodos. O princípio geral que norteia essa divisão são as mudanças na condução da política econômica ocorridas ao longo da década. Longo divide, assim, sua análise em onze subperíodos, que constituem os onze capítulos do livro.

O primeiro capítulo traz artigos referentes ao início do governo Sarney. De acordo com o autor, os seis primeiros meses desse governo foram marcados pela falta de ação. Temas fundamentais, como política de estabilização envolvendo mudanças institucionais, foram deixados de lado nesse período. O fim dessa política foi marcado pela demissão do então ministro da Fazenda, Francisco Dornelles.

O Plano Cruzado, lançado no início de 1986, é analisado no segundo capítulo do livro. Os artigos de Longo nessa parte mostram de forma clara os problemas presentes na execução do plano. Variáveis-chave não foram atacadas e mudanças institucionais profundas e necessárias não ocorreram, selando, dessa forma, o destino do plano.

Já em fins de 1986 era palpável que o País tinha voltado à estaca zero em termos de estabilização econômica. O período que vai de fins de 1986 até a subida do ministro Bresser constitui outro capítulo do livro. Os artigos do autor nesse capítulo apontam para os problemas da condução da política econômica nesse período. Para o autor, a inflação no início de 1987 era derivada mais do realinhamento de preços que do excesso de demanda. Longo aponta, ainda, as possíveis alternativas que poderiam ter sido seguidas para enfrentar o problema.

A administração Bresser é analisada no capítulo seguinte. Os artigos dessa parte são particularmente interessantes, pois mostram como se deu o processo das negociações com os credores estrangeiros, tendo como pano de fundo a elaboração de um plano de estabilização. De acordo com o autor, o não-comprometimento por parte do governo com as metas fiscais e monetárias do plano contribuiu, em boa medida, para a reaceleração da inflação e a queda do ministro.

O capítulo seguinte trata da política "Feijão com Arroz" implementada no ano de 1988. O autor aponta, nesse capítulo, que a política fiscal foi pautada por uma "coerência inflexível", cumprindo as metas estabelecidas para o déficit. Entretanto, o autor aponta, também, para a necessidade de uma política de estabilização para o ano seguinte.

O "Choque Verão", lançado no início de 1989, é o tema do próximo capítulo do livro. De acordo com Longo, 60 dias após o lançamento o plano já estava condenado. Embora tivesse sido bem concebido, a sua execução foi lamentável. Os principais elementos

que, do ponto de vista do autor, levaram o plano ao fracasso foram uma política monetária suicida e a falta de apoio dos credores externos.

Após o fracasso desse plano, o ano de 1989 foi marcado pela aceleração inflacionária e pela ausência de políticas de estabilização. Esses temas, bem como as propostas dos candidatos à Presidência, são discutidos no capítulo 7. As experiências do Chile e da Coreia do Sul também são brevemente abordadas pelo autor.

Os dois planos Collor são discutidos nos capítulos 8 e 9. De acordo com o autor, o Plano Collor I falhou porque o governo não se preparou para um diagnóstico completo dos equilíbrios estruturais das finanças públicas e não propôs uma reforma institucional que contornasse as limitações impostas por administrações anteriores. O governo preferiu o equilíbrio de caixa baseado em normas e procedimentos de legalidade duvidosa e efeitos imediatistas. Adicionalmente, o Executivo tornou-se incomunicável e auto-suficiente, o que contribuiu para o fracasso do plano. O Plano Collor II, segundo o autor, trilhou o mesmo caminho, constituindo-se em um pacote de operadores.

A administração Marcílio é rapidamente analisada no capítulo seguinte. Essa administração foi pautada por elevadas taxas de juros, que provocaram uma recessão e aumentaram a dívida pública.

Por fim, o último capítulo analisa brevemente o início da administração Itamar Franco e as primeiras fases de implementação do Plano Real, apontando os principais pontos que poderiam resultar em problemas na sua execução.

Em suma, o livro traz à baila temas e artigos extremamente importantes e constitui-se em um importante complemento de leitura de economia brasileira.

Rogério Mori

Doutorando em Economia de Empresas,
Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

Nota aos Editores

Pedimos encaminhar à *Revista de Economia Política* exemplares de livros publicados, a fim de serem resenhados. Os resenhadores interessados receberão cópias dos livros enviados.